



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUANA DA SILVA NASCIMENTO

**CONTRIBUIÇÃO DO CONTADOR EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: UM
ESTUDO DE CASO EM ESCOLA DE JOÃO PESSOA/PB**

**JOÃO PESSOA
2019**

LUANA DA SILVA NASCIMENTO

**CONTRIBUIÇÃO DO CONTADOR EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: UM
ESTUDO DE CASO EM ESCOLA DE JOÃO PESSOA/PB**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora Prof.^a: Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo

**JOÃO PESSOA
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N244c Nascimento, Luana da Silva.

CONTRIBUIÇÃO DO CONTADOR EM ENTIDADES DO TERCEIRO
SETOR: UM ESTUDO DE CASO EM ESCOLA DE JOÃO PESSOA/PB. /
Luana da Silva Nascimento. - João Pessoa, 2019.
66 f. : il.

Orientação: Victoria Puntriano Zuniga de Melo.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Contribuição do Contador. 2. Informação contábil. 3.
Tomada de decisão. I. Melo, Victoria Puntriano Zuniga
de. II. Título.


UFPB/BC


LUANA DA SILVA NASCIMENTO

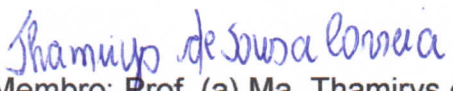
**CONTRIBUIÇÃO DO CONTADOR EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: UM
ESTUDO DE CASO EM ESCOLA DE JOÃO PESSOA/PB.**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA


Presidente (a): Prof. (a) Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo (Orientadora)
Instituição: UFPB


Membro: Prof. (a) Ma. Ionara Stefani Viana de Oliveira
Instituição: UFPB


Membro: Prof. (a) Ma. Thamirys de Sousa Correia
Instituição: UFPB

João Pessoa, 18 de setembro de 2019.

Dedico este trabalho a minha família, meus pais José do Nascimento e Eliane B. da Silva, e meu irmão Junior da S. Nascimento pelo carinho, paciência, conselhos e apoio a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, pois sem ele nada existiria ou faria sentido. É dele meu eterno agradecimento por minha família, as pessoas que mais amo neste mundo. Sem elas em minha vida não chegaria onde cheguei, pois seu apoio, carinho e atenção me motivaram tantas vezes a perseverar. Em especial a minha mãe Eliane, que pra mim é uma guerreira, que inúmeras vezes se colocou em perigo pra ir me buscar na parada de ônibus em altas horas, quando voltava da universidade no ônibus da prefeitura, as vezes na chuva, e com mais ninguém além de Deus a acompanhando e a livrando do mal. Esse gesto jamais esquecerei! Meu pai que com seu jeito teimoso, mas com um coração enorme, que sempre desejou o meu bem, e buscou me oferecer a melhor educação que ele pudesse me oferecer. E meu irmãozinho Junior, que por vezes até parece o mais velho com seu jeito resolvido, e brincalhão que cativa logo de cara.

Os meus sinceros agradecimentos a minha orientadora Victoria Puntriano que com sua paciência, dedicação e conhecimento me ajudou imensamente, a elaborar esse trabalho.

A todos que fazem parte da minha vida, amigos e colegas que direta ou indiretamente me dão energia e força no dia a dia.

Agradeço a organização e a todos os participantes que permitiram esta pesquisa ser realizada, e cederam um pouco do seu tempo para colaborar no desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos professores que compartilharam de seus saberes, palavras de encorajamento e reflexões sobre a vida e que tudo podemos se nos dedicamos a tal.

Agradeço a coordenação do curso de Ciências Contábeis e aos membros desta que todas as vezes que os procurei estiveram dispostos a me auxiliar e orientar enquanto estudante.

“Mas como sabem pode-se encontrar a felicidade mesmo nas horas mais sombrias, se a pessoa se lembrar de acender a luz.”

Alvo Dumbledore – Harry Potter e o prisioneiro de Azkaban

RESUMO

Este estudo objetiva verificar a contribuição que o profissional contábil pode desempenhar na gestão de duas escolas escolhidas na cidade de João Pessoa/PB, e o papel da informação contábil no processo de gestão dessas escolas, além de identificar se os gestores baseiam o processo decisório nas informações geradas pela contabilidade. Esta pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, com dois objetos de estudo, uma instituição filantrópica financiadora (A) e outra que é totalmente financiada por esta (B). A coleta de dados foi realizada mediante uma pesquisa documental, quantitativa e qualitativa com aplicação de questionário com perguntas mistas com o contador responsável e os gestores. O questionário utilizado é uma adaptação de dois questionários de duas dissertações de mestrado, de Oliveira (2007) e Oliveira (2009). Verificou-se que as informações geradas pela contabilidade são utilizadas, juntamente com outros relatórios gerados pelo setor financeiro para auxiliar no processo de tomada de decisão. Constatou que são utilizadas ferramentas gerenciais, e que o orçamento é elaborado pelo contador, conjuntamente com a diretoria geral e gestores, bem como a adoção do custeio ABC. A prestação de contas é realizada para os usuários internos. Foi verificado que o contador possui uma participação importante na gestão das escolas A e B, com sua opinião profissional e conhecimento em custos, legislação e das próprias escolas.

Palavras-chave: Contribuição do Contador. Informação contábil. Tomada de decisão.

ABSTRACT

This study aims to verify the contribution that the accounting professional can play in the management of two schools chosen in the city of João Pessoa/PB, and the role of accounting information in the management process of these schools, in addition to identifying whether the managers base the decision-making process on information generated by accounting. This research is characterized as a case study, with two objects of study, a philanthropic financing institution (A) and another that is totally financed by it (B). The data collection was carried out through a documental, quantitative and qualitative research with the application of a questionnaire with mixed questions with the responsible accountant and the managers. The questionnaire used is an adaptation of two questionnaires of two master's dissertations, from Oliveira (2007) and Oliveira (2009). It was found that the information generated by accounting are used, along with other reports generated by the financial sector to assist in the decision-making process. It was found that management tools are used, and that the budget is prepared by the accountant, together with the general management and managers, as well as the adoption of ABC costing. Accountability is carried out for internal users. It was verified that the accountant has an important participation in the management of schools A and B, with his professional opinion and knowledge of costs, legislation and the schools themselves.

Keywords: Contribution of the Accountant. Accounting information. Decision making.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Relatório da gratuidade concedida escolas (A) de 2018 – 2019...	35
Gráfico 2 – Relatório consolidado da gratuidade concedida de 2018 – 2019..	36
Quadro 1 - Diferenças básicas entre associação e fundação.....	17
Quadro 2 - Destinatário da prestação de conta (A) – 2019.....	40
Quadro 3 - Efeitos das exigências de prestação de contas (A) e (B) – 2019...	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desconto administrativo (A) / funcionários e professores – 2018.....	36
Tabela 2 - Consolidado de bolsas de estudo concedidas por (A e B) – 2018.....	38
Tabela 3 - Metas previstas e as metas realizadas em (B) – 2018.....	43
Tabela 4 - Recursos previstos e aplicados (R\$) em (B) – 2018.....	43
Tabela 5 - Relatório sintético da gratuidade em (B) – 2018.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
ESFL	Entidades Sem Sins Lucrativos
CEBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OS	Organização Social
NBC TG	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Geral
ITG	Interpretação Técnica Geral
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
PNE	Plano Nacional de Educação
SINTEENP-PB	Sindicato dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino privado da paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO.....	13
1.2	OBJETIVOS.....	13
1.2.1	Objetivo geral.....	14
1.2.2	Objetivos específicos.....	14
1.3	JUSTIFICATIVA.....	14
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1	O TERCEIRO SETOR.....	16
2.2	CONTABILIDADE GERENCIAL E TOMADA DE DECISÃO.....	21
2.3	GESTÃO CONTÁBIL NA ENTIDADE EDUCACIONAL FILANTRÓPICA.....	25
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	28
3.2	ESTUDO DE CASO.....	29
3.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	29
3.3.1	Instrumentos de pesquisa.....	29
3.4	MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	30
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	31
4.1	ANÁLISE DO PERFIL DOS RESPONDENTES E DA ORGANIZAÇÃO.....	31
4.1.1	Perfil da escola A.....	32
4.1.2	Gestão na escola A.....	37
4.1.3	Prestação de contas da escola A.....	39
4.1.4	Perfil da escola B.....	42
4.1.5	Gestão na escola B.....	45
4.1.6	Prestação de contas da escola B.....	46
4.2	ANÁLISE DE PERGUNTAS POR PERFIL.....	46
5	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS.....	52
	APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DO CONTADOR.....	55
	APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO DA GESTOR (A) PEDAGÓGICO (A).....	63

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor surge em meio a relação entre o Primeiro Setor (Governo) que promove serviços de assistência para toda a sociedade e o Segundo Setor (Setor Privado) que vende seus produtos e serviço. Para Pereira (2017), o terceiro setor possui atribuições que estão presentes tanto no primeiro setor quanto no segundo setor, pois possui características de ambos.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, na Emenda Constitucional de nº 90, de 2015, no Art. 6º diz que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 2015), referindo-se às responsabilidades do Governo, mas que muitas destas foram sendo transferidas para empresas privadas, seja pela política de privatização ou por concessões, relevando a incapacidade do Governo em prestá-las devidamente. Contudo o segundo setor não suporta toda a carga que foi atribuída, e nem mesmo todos os cidadãos têm condições de pagar por eles, pois foi neste contexto que surgiram as organizações sem fins lucrativos, procurando atender essas ineficiências com serviços ao público, de maneira complementar.

Neste cenário entre os extremos, público e privado, que o terceiro setor desenvolve seu papel social, e com o auxílio do contador e da contabilidade enquanto ciência desempenham um papel informacional.

O amadorismo na gestão é apontado por Barros Junior (2013) como sendo um dos principais problemas no terceiro setor, e que devem ser observadas as suas especificidades na implantação de métodos e modelos que vem do segundo setor. A contabilidade gerencial, além de fornecer aos gestores informações que os auxiliam nas suas funções gerenciais, contribui para assegurar a sobrevivência da organização, em função de identificar e analisar os seus eventos econômicos e do seu entorno (ATKINSON et al., 2008). Desta forma as Entidades sem fins lucrativos (ESFL) necessitam de uma gestão profissional qualificada para apresentar com mais transparência, suas demonstrações contábeis e os relatórios aos financiadores para aumentar a confiança dos investidores e do governo na entidade, o chamado *Accountability*.

O profissional da área contábil precisa oferecer serviços de qualidade, diferenciados, que alcancem as expectativas de seus clientes. A quantidade de

pesquisas que têm se preocupado em entender melhor as necessidades dos gestores das Entidades Filantrópicas para identificar suas dificuldades na administração do negócio o que muitas vezes acaba levando-as à mortalidade precoce principalmente neste período recente de crise entre os anos 2013 e 2016 como aponta o IBGE (2019).

Com isso é possível observar que o contador tem a contribuir quando está totalmente integrado a organização, tanto na geração de informações úteis quanto ao auxílio na tomada de decisão. A organização, seja com ou sem fins lucrativos, necessita ter um profissional capacitado e habilitado para interpretar os dados fornecidos pela contabilidade para gerenciamento da entidade, pois a todo momento existiram escolhas a serem feitas, e quando as informações fornecidas pelo profissional contábil, parametrizadas, para atender as necessidades informacionais as entidades fundamentam o processo decisório.

De acordo com Silva (2002, p.23), “uma empresa sem Contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento”. Essa mesma necessidade está presente nas ESFL, mesmo não visando a distribuição de lucros, a sua manutenção é de suma importância para continuidade e ampliação dos serviços.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Esse trabalho pretende estudar as formas pelas quais o contador pode auxiliar na gestão das escolas na cidade de João Pessoa, e como as informações fornecidas pela contabilidade estão sendo utilizadas no auxílio à tomada de decisões em duas ESFL que desenvolvem com atividades educacionais.

Diante do exposto, se faz a seguinte indagação: Qual a contribuição do profissional contábil na gestão de duas escolas de João Pessoa/PB?

1.2 OBJETIVOS

A pesquisa levará em consideração um objetivo geral e três objetivos específicos, abordados a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste projeto é o de verificar a contribuição que o profissional contábil pode desempenhar na gestão de duas escolas escolhidas na cidade de João Pessoa/PB.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Esclarecer o papel da informação contábil no processo de gestão das escolas em João Pessoa/PB.
- b) Identificar se os gestores das escolas baseiam o processo decisório nas informações geradas pela contabilidade.

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância desse trabalho pode ser respaldada pelo fato de que o terceiro setor vem ganhando percepção, segundo diz ZAVALA (2007). De acordo com o site Instituto Brasileiro de Gestão Pública (IBGP, 2017), o terceiro setor representa 1,4% PIB do Brasil, movimentando aproximadamente 32 bilhões de reais, importante para destacar esse segmento distinto, e peculiar da economia.

De acordo com Almeida e Espejo (2012), certas atividades possuem regimes tributários especiais, como as entidades do terceiro setor, que podem ser concedidas desonerações tributárias, principalmente para as atividades julgadas estratégicas para o desenvolvimento da sociedade. O governo impõe condições para conseguir esses benefícios, que tem como finalidade incentivar práticas que geram emprego e renda, além de uma ação benéfica, prestando serviços a pessoas e famílias à margem do processo produtivo ou que estão fora do mercado de trabalho, estimulando também o voluntariado.

De acordo com estudo do IBGE (2019) a crise econômica afetou significativamente nas chamadas Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL), com 38,7 mil unidades sendo fechadas. Esse estudo demonstra que entre 2013 a 2016 ocorreu uma redução na quantidade de FASFIL no país de 14%, sendo na região Nordeste a mais afetada, com menos de 14,4 mil

unidades, que ofereciam serviços gratuitos ou com preços bastante acessíveis para pessoas com baixa renda.

O impacto reflete na própria sociedade e principalmente os mais necessitados que ficam sem acesso a esses cuidados. Por outro lado, também se pode vislumbrar como a contabilidade pode colaborar para que esse cenário de encerramento das FASFIL possa ser melhorado.

Embora na escola já tenha sido realizado outros trabalhos de pesquisa, não foi identificado a existência de estudos que abordem a contribuição do profissional contábil no processo de gestão da tomada de decisão no curso de Ciências Contábeis da UFPB.

Outro fator que contribui para a realização da pesquisa é seu teor, sendo um estudo de caso levará em consideração os relatos e experiências práticas cotidianas tanto dos gestores quanto do contador, vindo a contribuir para a academia e para futuras pesquisas sobre o Terceiro Setor.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O presente capítulo apresenta a literatura necessária para a compreensão dos elementos que servirão como base para o entendimento do assunto abordado pela pesquisa.

2.1 O TERCEIRO SETOR

Primeiramente deve-se esclarecer que existem três segmentos básicos entre as organizações: o Primeiro Setor que é constituído pelas entidades do Governo; o Segundo Setor onde se encontram as empresas privadas com fins lucrativos; e por fim o Terceiro Setor que é formado pelas organizações sem finalidade lucrativa e são de carácter privado tem seu objetivo voltado para transformação social. Compõe o Terceiro Setor as organizações, que são pessoas jurídicas que podem ser tanto Associações quanto Fundações.

O termo terceiro setor é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia. Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 10)

Nos Estados Unidos que surgiu o termo “Third Sector”, para classificar as entidades sem fins lucrativos. Este país tem um forte “voluntary sector” (Setor Voluntário), que pode estar relacionado a participação mínima do Estado, como por exemplo a saúde, que é bastante criticado devido ao custo muito elevado. De acordo com a Luz (2018, n.p.), em uma matéria publicada no site Politeze! sobre o sistema de saúde dos EUA, diz:

Como o sistema de saúde público nos Estados Unidos não contempla toda a população, os cidadãos ficam sem outra opção além de obrigatoriamente contratar um convênio particular para garantir seus cuidados médicos. Do ponto de vista de mercado, esse é um ponto negativo, pois as seguradoras estabelecem suas próprias condições e, muitas vezes, elas podem ser abusivas.

Existem estes problemas sociais mesmo em um país que é uma das, se não a maior potência no mundo em que a população é oprimida pelo sistema privado que cobra valores exorbitantes por serviços considerados essenciais. É neste contexto que o terceiro setor cresceu tanto, principalmente nos EUA, para amenizar essas faltas e discrepâncias como na saúde.

No texto de FRANÇA FILHO (2002), *Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais*, ele menciona sete características fundamentais para as organizações do terceiro setor, elas devem ser formais, privadas, independentes, não distribuir lucros, comportar um certo nível de participação voluntária, não devem ser políticas, e nem confessionais no sentido de não serem organização religiosa. Essa nomenclatura, que é comum do terceiro setor, que faz menção a sigla *International Classification of Non-Profit Organizations* (ICNPO).

O terceiro setor latino-americano são diferenciados nos seguintes seguimentos de acordo com Fernandes (1994, p. 128), nas “Formas tradicionais de ajuda mútua; Movimentos sociais e associações civis; ONGs; Filantropia empresarial.”

De acordo com o art. 44 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02, alterado pela Lei nº 12.441, de 2011), “são pessoas jurídicas de direito privado I - as associações; II - as sociedades; III - as fundações. IV - as organizações religiosas; V - os partidos políticos. VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada”. Mas sendo que as associações, fundações, organizações religiosas e partidos políticos pertencem ao terceiro setor.

Quadro 1 – Diferenças básicas entre associação e fundação

ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO
Constituída por pessoas.	Constituída por patrimônio, aprovado previamente pelo Ministério Público.
Pode (ou não) ter patrimônio.	O patrimônio é condição para sua criação.
A finalidade é definida pelos associados.	A finalidade deve ser religiosa, moral, cultural ou de assistência, definida pelo instituidor.
A finalidade pode ser alterada.	A finalidade é perene.
Os associados deliberam livremente.	As regras para deliberações são definidas pelo instituidor e fiscalizadas pelo Ministério Público.
Registro e administração são mais simples.	Registro e administração são mais burocráticos.
Regida pelos artigos 44 a 61 do Código Civil.	Regida pelos artigos 62 a 69 do Código Civil.
Criada por intermédio de decisão em assembleia, com transcrição em ata e elaboração de um estatuto.	Criada por intermédio de escritura pública ou testamento. Todos os atos de criação, inclusive o estatuto, ficam condicionados à prévia aprovação do Ministério Público.

Fonte: OAB (2005)

É comum utilizar as palavras “entidade”, “ONG” (Organização Não

Governamental), “instituição”, “instituto” entre outras, porém esses termos servem somente para apontar uma associação ou fundação, como formas jurídicas aceitas pela legislação.

A presente pesquisa foi realizada numa organização que pelo Art. 53 do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/02, estas são constituídas através da união de pessoas organizadas para determinado objetivo que não figurado econômico. Portanto entre as diferenças para os demais setores está na relação com a destinação do dinheiro recebido, seja advindo da própria atividade, de doações, subvenções, financiamentos, públicos ou privados, ele será reinvestido na própria organização, ou financiando projetos, prestando serviços, pesquisas, ampliando ou melhorando o que já é a sua finalidade em prol da sociedade.

A qualificação necessária para exercer legalmente suas atividades requer uma série de procedimentos e documentação específica. Entre eles estão as certidões e concessão de títulos.

- a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)
- b) Título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)
- c) Título de Organização Social (OS)

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) é para entidades que prestam serviços no âmbito de assistência social, da saúde ou educação. É dado pelo Conselho Nacional de Assistência Social para as entidades que se enquadrem nos requisitos de ser pessoa jurídica, e não ter fins lucrativo. A Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em seu art. 3, dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:

[...] que demonstre, no exercício fiscal anterior ao do requerimento, observado o período mínimo de 12 (doze) meses de constituição da entidade, o cumprimento do disposto nas Seções I, II, III e IV deste Capítulo, de acordo com as respectivas áreas de atuação, e cumpra, cumulativamente, os seguintes requisitos: I - seja constituída como pessoa jurídica nos termos do caput do art. 1º; e II - preveja, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (BRASIL, 2009).

Com o CEBAS as entidades se beneficiam com isenção da Cota Patronal do INSS, que nada mais é do que a parte contributiva da empresa em 20% do salário dos colaboradores. Em contraponto a entidade tem que aplicar todo ano no mínimo 20% da sua Receita Bruta, mais a Receita Financeira em serviços gratuitos. Além deste, outro benefício é o de imunidade tributária Federal, Estadual e Municipal.

Quanto ao Título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), segue regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99, que define as entidades que podem obter esse título, quais os procedimentos, documentação necessária, até a celebração do Termo de Parceria bem como suas exigências. Já o Título de Organização Social (OS) tem a Lei nº 9.637/98 que delimita as regras e procedimentos para serem verificados até a celebração do Contrato de Gestão com o Poder Público. De acordo com o art. 12 da referida lei diz que “Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão” (BRASIL, 1998).

As Entidades Filantrópicas sobre o aspecto tributário, tem peculiaridades, algumas já citadas anteriormente, pois entende-se que elas necessitam de incentivos para desempenhar sua função social.

A imunidade é descrita no Art. 150 da Constituição Federal, no Inciso VI, alínea c: “patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e assistência social, atendidos os requisitos da lei” (BRASIL, 1998), este artigo trata das Limitações do Poder de Tributar do Governo.

Segundo Araújo (2005) dos impostos federais que são abrangidos pela imunidade podemos citar o Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Exportação (IE) e Importação (II), e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Quanto aos Impostos Estaduais temos o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços (ICMS), o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis ou Doação de Bens e Direitos (ITCD). Por fim os impostos municipais que são o Imposto sobre Serviços e de Qualquer Natureza (ISS), o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), e o Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI).

Quando se trata da Isenção estamos falando de algo com caráter temporário, que pode ser oferecido hoje e depois ser revogado. É o caso do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), que são isenções com delimitações para conseguir, e caso contrário perde-se o direito.

Contudo existem os incentivos fiscais, em todas as esferas do governo. As doações, por exemplo, são utilizadas como meio de incentivar a boa ação e aparece

descrito no seguinte trecho da Lei Nº 9.249/95 do Código Civil:

§ 2º Poderão ser deduzidas as seguintes doações: I - as de que trata a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991; II - as efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos [...], até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a de que trata o inciso seguinte; III - as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem (BRASIL, 1995).

O benefício auferido é o de dedução no Cálculo do Imposto de Renda, quando forem feitas doações por pessoa jurídica nas situações abordados no parágrafo acima mencionado.

Quanto a contabilidade para entidades sem fins lucrativos, de acordo com França *et al.* (2019) por suas características própria, os procedimentos para reconhecimento, mensuração e divulgação também contempla a elaboração de relatórios financeiros e as demonstrações financeiras padronizadas, para os investidores e órgãos reguladores. Porém para eles no Brasil a execução dessa obrigação, parece ser regularmente avaliado apenas por reguladores institucionais como o Ministério Público, no processo denominado de *accountability* horizontal.

A norma ITG 2002 R1 (CFC, 2015), que tem como objetivo estabelecer critérios e procedimentos unicamente para entidades sem fins lucrativos, quanto a forma de avaliação, reconhecimento das transações e variações patrimoniais, a estruturação das demonstrações contábeis e sobre as informações mínimas que devem ser divulgadas nas notas explicativas. Quanto ao reconhecimento é respeitado o princípio da competência. As doações e as subvenções recebidas para custear e ser investido na entidade serão reconhecidas no resultado, já as imunidades tributárias não se enquadram no que está determinado na NBC TG 07 (Subvenção e Assistência Governamentais), por isso, não devem ser reconhecidas como receita.

Quanto aos registros contábeis a mesma norma diz que devem ser evidenciadas as contas de receitas e despesas, tanto com a gratuidade quanto ao superávit ou déficit, separadamente, por tipo de atividade, por exemplo, como educação, saúde, assistência social etc. Para as demonstrações contábeis é dito que:

[...] devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável. (CFC, 2015)

A norma também determina que a conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, que faz parte do grupo Patrimônio Líquido, além do que as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período.

Quanto a divulgação a norma ITG 2002/15, item 27, traz uma série de informações que devem conter nas notas explicativas, como;

[...] contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais; os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos; relação dos tributos objeto de renúncia fiscal; todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos (CFC, 2015).

Essas são algumas das particularidades que diferem o terceiro setor dos demais setores, além de dar mais credibilidade e estrutura, tendo uma contabilização mais apropriada para a sua atividade.

Almeida e Espejo (2012) contribuem dizendo que o fato de não possuírem fins lucrativos não retira a obrigatoriedade na prestação de contas junto aos órgãos governamentais, o que influencia diretamente na inevitável contabilização das atividades desenvolvidas e movimentações econômicas, descartando desta forma a informalidade do setor.

2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL E TOMADA DE DECISÃO

A contabilidade gerencial que fornece aos gestores uma série de informações organizadas e compreensíveis que podem ser úteis mais efetivamente no processo de tomada de decisão.

Marion e Ribeiro (2018) mencionam o entendimento do *Institute of Management Accountants (IMA)*, esta que é uma associação mundial formada de contadores e profissionais financeiros em negócios, quanto a definição da contabilidade gerencial como sendo um processo que identifica, mensura, acumula, analisa, prepara, interpreta e comunica as informações financeiras utilizadas pela

administração de forma a planejar, avaliar e controlar a organização, além de assegurar o uso adequado e comprometimento dos seus recursos. Vale destacar a explicação mais detalhada dos seguintes tópicos:

Planejamento [...] isso inclui participação no desenvolvimento do sistema de planejamento, no estabelecimento de metas alcançáveis e na escolha de meios adequados para monitorar o cumprimento dessas metas. Avaliação [...] inclui transformar dados em tendências e relacionamentos, e comunicação pontual e efetiva das conclusões extraídas das análises. Controle [...] monitoramento e mensuração do desempenho e indução a quaisquer ações corretivas exigidas para retornar a atividade a seu curso planejado [...]. Assegurar Recursos de Responsabilização – implementar um sistema de relatórios que esteja alinhado às responsabilidades organizacionais e que contribua ao uso efetivo dos recursos e mensure o desempenho da administração [...] (MARION; RIBEIRO, 2018, p. 4).

Pelos pontos abordados acima fica claro a ação mais ativa da contabilidade gerencial em comparação a contabilidade geral, ou contabilidade financeira. A gerencial tem de acordo com Marion e Ribeiro (2018) a finalidade de dar orientação aos agentes da gestão do patrimônio da organização na tomada de decisão, nas funções distintas que ocupam, seja, operacional, gerencial ou estratégica.

A função operacional atua com o pessoal que trabalha na linha de frente (área de produção ou na área comercial), é o nível em que as decisões são tomadas diariamente, para resolver pequenos empecilhos naquele momento.

Os relatórios destinados a esse nível são para orientar as tomadas de decisões contêm normalmente informações operacionais quantitativas, como por exemplo, a quantidade de recursos utilizados para fabricar um produto ou prestar um serviço, volume de produção, qualidade dos produtos ou serviços, bem como, a quantidade de peças ou serviços com defeitos.

A função gerencial, ainda de acordo com os autores, vem orientar os gerentes no comando nas áreas, departamentos ou pessoas que lhe são incumbidos. A tomada de decisão é para o curto ou de médio prazos, e para isso os gerentes precisam de informações que garantam o acompanhamento do processo operacional de produção ou de prestação de serviços, além do resultado das vendas.

Essas informações são para a redução de custos, melhor aproveitamento dos recursos físicos, humanos e tecnológicos. Quanto aos relatórios conteriam uma mescla de informações financeiras, não financeiras e econômicas. Como exemplos citados por Marion e Ribeiro (2018, p. 6):

[...] conhecer o tempo ocioso de cada empregado, seção ou departamento. [...] acerca dos salários de todos os trabalhadores, para avaliar possíveis injustiças que possam provocar descontentamentos por parte de alguns deles; [...] os custos reais para compará-los com os custos padrão [...] verificar as tarefas nas quais os trabalhadores estão gerando defeitos, retrabalho e reclamações dos clientes; [...] de toda produção ou de cada produto ou serviço; e o faturamento e o custo de todos os produtos e serviços afetos à área de sua subordinação, para tomar decisões sobre preço e volume de produção.

Existe uma quantidade maior de informações e decisões do nível operacional para o gerencial, assim como do gerencial para o nível estratégico. Na percepção de Marion e Ribeiro (2018) a função estratégica busca orientar os executivos (presidente, diretores, proprietários) nas tomadas de decisões que lhe cabem. Este por sua vez tem como principal preocupação a rentabilidade do negócio como um todo, para uma entidade filantrópica essa preocupação não envolve a rentabilidade e sim do superávit para a realização das atividades. A tomada de decisão é para o longo prazo e envolve o futuro de toda a organização a sustentabilidade, sobre o perfil, e satisfação das necessidades dos participantes do público alvo, as ameaças de entidades alternativas, as inovações tecnológicas, sobre expansão ou interromper parte ou do total dos negócios etc.

Segundo os autores as informações que interessam aos executivos são principalmente a lucratividade do negócio. Vendo na ótica das entidades do terceiro setor, as informações que interessam são referentes a operacionalização das atividades e seus controles financeiros e contábeis. Dentre os relatórios elaborados pelo contador estão as demonstrações contábeis, relatório com análise de balanços, informações por produto ou serviço, e os respectivos custos, os custos fixos destinado aos projetos, e o impacto no custo por atividade desenvolvida.

Para alcançar os objetivos desejados a contabilidade gerencial faz uso de alguns instrumentos. Alguns desses de acordo com Pueri do Carmo Mário et al (2012) são o planejamento estratégico, o orçamento e os métodos de custeio. O primeiro é uma visão de longo prazo da empresa, uma previsão de possíveis cenários futuros e, por conseguinte, realizar meios de prevenção ou preparação para lidar com eles. Para as ESFL seria a visão de como transformar as pessoas com a finalidade social escolhida.

O orçamento por sua vez, segundo os autores, é mais abrangente, pois contempla os planos da administração para o futuro e expressão a forma como os planos serão realizados. O orçamento de uma entidade filantrópica é muito

importante porque precisam ter os orçamentos de cada projeto ou entidade financiadora em separado.

Quanto ao método de custeio utilizado em entidades do terceiro setor, diz que “[...] a relação entre custos e despesas podem não ser claras tendo em vista a dificuldade de segregação deles, sendo isso um fator que poderá influenciar na gestão e na prestação de contas das mesmas” (MARIO et. al, 2013, p. 70).

Os tipos de custeio conhecidos são o custeio por absorção, custeio variável, custeio pelo ou integral, e o custeio baseado em atividade ou comumente conhecido por ABC.

- **Custeio por absorção**

Para a legislação fiscal brasileira as empresas devem fazer uso do método de custeio por absorção nos seus demonstrativos contábeis, mas nada impede da realização de outro método a título informação gerencial, para análise interna. De acordo com Martins (2018, p. 22), este método “consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços feitos”. O autor acrescenta que mesmo realizando rateios arbitrários, que falha como um instrumento gerencial, ele é obrigatório para avaliação de estoque, apuração do resultado e para o próprio balanço.

O sistema de custeio por absorção não faz distinção quanto a classificação entre custos fixos e variáveis, e sim em separar custos e despesas. Os custos só serão apropriados aos produtos ou serviços, quando houver a venda, neste momento será confrontado com as receitas geradas, e as despesas serão contabilizadas diretamente no resultado do período.

- **Custeio variável**

Martins (2018) sobre o método pelo custeio variável fala que somente serão alocados aos produtos os custos classificados em variáveis, e separadamente os custos fixos são lançados diretamente no resultado, como sendo despesa do exercício. Dessa forma este método difere o de absorção que utiliza de rateios para alocar os custos aos produtos, este por sua vez, considera que independente da variação do volume produzido os custos fixos não sofrem muita alteração, e acabam virando encargos do que sacrifício para a produção.

No terceiro setor como exemplo possível da aplicação deste método seriam as cooperativas de produção, que poderia vir a utilizar os dados dos custos fixos e variáveis separadamente para medir a margem de contribuição.

- **Custeio baseado em atividade**

Segundo Ribeiro (2018, p. 344) a atividade é “um conjunto de tarefas decorrentes da combinação de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos que visa a produção de bens ou a prestação de serviços”. A relação está no fato de que as atividades requerem recursos, e os produtos desta forma consomem as atividades.

O método de Custeio Baseado em Atividades (ABC), segundo Martins (2018, p. 25), “pode contribuir muito para que os gastos sejam direcionados parte à produção, parte à administração, de forma menos arbitrária e mais racional”. É utilizado como instrumento na gestão, pois dá importância na alocação dos custos indiretos de maneira adequada, pois não se limita ao custeio dos produtos, ele atenta para as atividades consideradas relevantes dentro de cada departamento.

O método ABC é uma ferramenta que permite melhor visualização dos custos através da análise das atividades executadas dentro da empresa e suas respectivas relações com os produtos.

Para se utilizar o ABC, é necessária a definição das atividades relevantes dentro dos departamentos, ou setores, bem como dos direcionadores de custos de recursos que alocarão os diversos custos incorridos às atividades.

Custeadas as atividades, a relação entre estas e os produtos/serviços são definidas pelos direcionadores de custos de atividades, que levam o custo de cada atividade aos produtos/serviços (unidade, linhas ou famílias).

Direcionador de custos é o fator que determina o nível de custo de uma atividade (MARTINS, 2018).

2.3 GESTÃO CONTÁBIL NAS ENTIDADES EDUCACIONAIS FILANTRÓPICAS

As entidades que trabalham na área de educação devem ficar atentas as exigências e certificações conforme a Lei nº 12.101/ 2009, na seção II, traz algumas observações quanto a certificação. A mesma lei aborda requisitos específicos para conseguir a concessão ou renovação, para Entidades Filantrópicas na Educação, no seu art. 13, para aquelas que trabalham na educação básica, regular e presencial:

I - demonstrar sua adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), na forma do art. 214 da Constituição Federal; II - atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação; e III - conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes (BRASIL, 2009).

A entidade pode diversificar as bolsas entre integral e parcial, desde que cumpra as seguintes exigências, de conceder uma bolsa de estudo integral para cada nove alunos pagantes, e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), que seja suficiente para o alcance do número mínimo exigido em Lei e descrito acima. Esta lei determina também, no parágrafo único, do art. 12, da Seção Educação que estas entidades educacionais certificadas devem reportar informações ao Censo da Educação Básica e ao Censo da Educação Superior, seguindo definição do Ministério da Educação.

Contabilidade em qualquer que seja o ramo de atividade que a organização atua, ou se tem ou não finalidade lucrativa, é uma ferramenta crucial na tomada de decisão quando utilizada adequadamente os relatórios e informações que lhe são fornecidos.

De acordo com pesquisa do IBGE (2019), no ano de 2016 existia cerca de 5,5 milhões de organizações ativas no Brasil, sendo que 90% representavam entidades empresariais, 9,5% de entidades sem fins lucrativos, e somente 0,5% de órgãos da administração pública. As FASFIL que estão num subconjunto das entidades sem finalidades lucrativas, correspondem a 4,3% do total, por volta de 237 mil unidades.

A mesma pesquisa do IBGE (2019, p. 38) afirma que em 2016 a “FASFIL empregaram um contingente de 2,3 milhões de pessoas ocupadas assalariadas [...]. Isso representou 71,1% do total do emprego formal no universo das 526,8 mil entidades sem fins lucrativos”. Diante deste cenário a pesquisa também apontou a evolução da FASFIL, por áreas, de 2010 a 2016, e constatou um decréscimo em todas. Na Educação e Pesquisa indicou uma perda de 3,8 mil entidades, correspondendo a -19,3%, ou seja, foram entidades que fecharam. As causas que podem ter ocasionado essa redução significativa podem ser várias, desde influência governamentais, déficit na gestão, e na contabilidade etc.

Nessa mesma pesquisa do IBGE (2019) também apontou uma proporção de entidades sem fins lucrativos e da FASFIL são consideravelmente maiores do que os 0,5% registrados pela administração pública, sendo importante ressaltar a sua

relevância e impacto na sociedade mesmo que com pequeno quantitativo em relação ao das entidades empresariais. Estas entidades trazem além de boas ações, reflexões e práticas alternativas para melhorar o meio em que atua. A especialista metodológica em Educação Corporativa e Educação Superior, Farias (2018) vem reforçar as práticas na educação, quando fala que mesmo na instabilidade econômica do país, o terceiro setor da educação vem crescendo, em inovação, cultura, tecnologias, metodologias, mobilidade econômica, reformulando os currículos. Acrescenta que esses indicadores incentivam os investimentos na infraestrutura e na oferta da educação, nas modalidades básica, superior e corporativa.

Tanto a filantropia quanto a educação são meios importantes em um mundo mais humano.

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos (FREIRE, 1991, p. 126).

O contador frente a uma Entidade Filantrópica Educacional precisa recorrer a uma formação adequada a sua função, visto que são entidades que necessitam de um amparo e organização para se sustentar. É necessário ter profissionais qualificados e atualizados, para desempenhar funções pouco ligadas simplesmente ao trabalho de escrituração e entregar as guias de impostos e ficar em dia com o fisco. De acordo com Marion e Ribeiro (2018, p. 8):

O contador gerencial deve ser um contabilista experiente e versátil, com ilibado conhecimento não só em contabilidade como em administração, matemática financeira, estatística e economia. Um profissional que domine bem a análise de balanços e conheça com detalhes as rotinas internas e os objetivos da organização, para que saiba ler os relatórios da contabilidade financeira e da gerencial, e interpretá-los conjugando dados econômicos e financeiros com operacionais, para, assim, apresentar sugestões fundamentadas que auxiliem a organização nas suas tomadas de decisões.

Ao longo do que foi abordado, as Entidades Filantrópicas e Educacionais possuem uma série de benefícios, são exigências que precisam ser observadas para que as ESFL se desenvolvam sem problemas de continuidade por parte tanto do profissional contábil como da gestão da organização.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos utilizados para execução desta pesquisa foram colocados seguindo pela tipologia de estudo, a coleta de dados, e os instrumentos de pesquisa que serão utilizados para a coleta de dados e realização do estudo de caso.

Com o intuito de preservar a identidade das empresas selecionadas será utilizado os termos Escola A e Escola B para designá-las.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia utilizada nesse trabalho se enquadra como pesquisa exploratória e Estudo de Caso. Com relação à abordagem do problema se caracteriza como qualitativa. De acordo com Michel (2017, n.p.);

Na pesquisa qualitativa, verifica-se a realidade em seu contexto natural, tal como ocorre na vida real, procurando dar sentido aos fenômenos ou interpretá-los, de acordo com os significados que possuem para as pessoas implicadas nesse contexto. A finalidade primeira da pesquisa qualitativa não é mostrar opiniões ou pessoas; ao contrário, pretende explorar o espectro de opiniões e as diferentes representações sobre o assunto em estudo.

A metodologia a ser utilizada neste trabalho utiliza como base a taxionomia apresentada por Vergara (1990), que pode ser qualificada com relação aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória e descritiva. Exploratória porque, buscou conhecer as escolas e a gestão delas. A pesquisa é considerada descritiva devido expor características da organização educacional e a Escola a qual ela faz filantropia custeando as despesas de alunos com famílias de baixa renda e de comunidades carentes. Quanto aos meios, a pesquisa será um estudo de caso.

A escolha se baseia na abordagem sobre o tema em questão, seja para identificar os envolvidos nos processos de tomada de decisão, como são delimitadas essas ações e como o profissional contábil vem auxiliando para um melhor desempenho dentro da organização e da Escola que é totalmente custeada pela sua atividade.

3.2 ESTUDO DE CASO

A pesquisa é um estudo de caso e se limita a duas entidades do terceiro setor do ramo de educação, sendo estas selecionadas devido à acessibilidade. O Estudo de Caso pode ser descrito como:

[...] é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo. Utiliza métodos diferenciados de coleta de dados (VERGARA, 2016, p. 51)

Sendo assim, este trabalho desenvolveu-se em por meio de levantamento bibliográfico e de estudo de caso em duas Escolas Filantrópicas na cidade de João Pessoa que serão denominadas de Escolas A e B. O estudo de caso utilizou das ferramentas de questionário e levantamento documental.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os procedimentos utilizados na pesquisa para alcançar os objetivos delimitados são discriminados a seguir.

3.3.1 O instrumento de pesquisa

O estudo de caso utilizará das ferramentas de questionário com perguntas mistas e levantamento documental com o contador responsável e os gestores. O questionário é uma adaptação de dois outros retirados de duas dissertações de mestrado com o tema, Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro, de Oliveira (2009) e, Uma contribuição à das práticas de gestão das organizações do terceiro setor com enfoque na eficácia: pesquisa nas organizações da região metropolitana de São Paulo, de Oliveira (2007). Esta pesquisa se enquadra numa pesquisa qualitativa, pois busca compreender os fenômenos por meio da coleta de dados narrativos, estudando as particularidades e experiências individuais.

Os questionários foram aplicados, a gestora administrativo/pedagógica, e ao contador. A divisão das questões foi feita em quatro blocos:

- I. Perguntas para identificar o perfil do respondente e da organização;
- II. Perguntas para traçar o perfil da gestão da entidade;

- III. Perguntas para saber da prestação de contas, quem são os interessados, qual a periodicidades, e a percepção deles sobre o impacto dos dados contábeis em mudanças na organização;
- IV. Perguntas específicas para explorar a função exercida, as dificuldades, o grau de participação nas decisões;

Uma observação quanto ao questionário da gestora pedagógica que teve uma quantidade reduzidas de questões, pois foi considerado pertinente para o nível de conhecimento do respondente sobre a prestação de contas, desta forma a parte III, neste caso, foi substituída pela IV.

3.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Após o levantamento dos dados coletados por meio dos questionários aplicados ao contador e os demais responsáveis pela gestão das entidades A e B, foram feitas análises de conteúdo para as questões abertas, e nas questões fechadas de acordo com a opção assinalada. Das questões fechadas há opções de múltipla escolha, e perguntas com utilização da escala de Likert. Foi realizado também uma análise comparativa para algumas questões presentes em ambos os questionários.

Os questionários aplicados foram 4 sendo que por indisponibilidade de tempo e demais contratempos, destes somente dois foram devolvidos respondidos, sendo um com o próprio contador e o outro com gestora administrativa das entidades. Os demais eram destinados a gestora financeira /Tesoureira e assessora financeira.

Salienta-se que a presente pesquisa foi submetida à aprovação do comitê de ética pela plataforma Brasil e cumpre as exigências da ética na pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Segue uma análise dos resultados da pesquisa sobre a contribuição do contador em entidades educacionais filantrópicas, em duas escolas da cidade de João Pessoa, denominadas de A e B, para preservar a confidencialidade das mesmas e dos respondentes. Além da aplicação dos questionários realizaram-se algumas conversas informais que ajudaram a construir o instrumento de pesquisa.

4.1 ANÁLISE DO PERFIL DOS RESPONDENTES E DA ORGANIZAÇÃO

O fator limitante da pesquisa, que acerca do que foi abordado em alguma questão seriam quatro respondentes, mas somente foram obtidas informações em dois questionários, o que pode afetar o grau de informações colhidas e ainda por conta do entendimento ou compreensão, pois ele levantou temas de contabilidade gerencial, prestação de contas, e legislação própria do setor em que as entidades fazem parte.

Quanto ao nível de escolaridade o contador responsável pela contabilidade geral de ambas as instituições possui o ensino superior completo, e trabalha como prestador de serviço autônomo para a organização há 16 anos, e não desempenhou nenhuma outra atividade além desta. O trabalho do mesmo não se restringe a escrituração, mas abrange também assessoria contábil.

A diretora pedagógica possui o ensino superior completo. Não foi abordado a área de atuação do curso a qual é graduado. No mais, trabalha na instituição também há 16 anos, sendo que 7 anos são desempenhando o cargo atual, e nos anos iniciais foram como professora do fundamental e ensino religioso.

As Entidades selecionadas pela pesquisa, denominadas para estudo de A e B, são separadas fisicamente, cada uma em prédios diferentes e com uma grade de profissionais próprios, porém legalmente são uma organização só, um único CNPJ.

A análise do perfil das escolas aborda o conhecimento e uso dos instrumentos gerenciais por parte dos representantes das entidades. A análise do perfil da gestão aborda o conhecimento e uso dos instrumentos gerenciais por parte dos representantes das entidades. Já a análise da prestação de contas tem uma abordagem quanto as exigências legais e outras pertinentes as entidades objetos de estudo, tem o intuito de saber a quantidade de informações que estas devem

fornecer, e quais os interessados nessas informações de acordo com os representantes destas, nesta pesquisa. Este item só foi inserido no questionário do contador por ser o diretamente responsável.

4.1.1 Perfil da escola A

O projeto da entidade A se concretizou em 17 de novembro de 1939, de iniciativa religiosa, com o intuito de fundar uma escola somente para meninas. O ano em que foi fundada data do dia 02 de março de 1940, ou seja, já são quase 80 anos de trabalho no setor de educação, por tanto uma instituição conhecida, e com renome. Somente em 24 de fevereiro de 1950 que o Ministério da Educação e Saúde autorizou o nível de curso colegial a instituição.

A escola A faz parte de uma rede de escolas que está presente em outros estados, e pelo mundo como Europa: França, Itália e Romênia; África: Burquina Faso; América Latina: Brasil, Chile e Argentina. O trabalho voluntário na escola está enraizado na história de um grupo de pessoas religiosas que na França, em 15 de dezembro de 1863, fizeram seus votos de Pobreza, Castidade e Obediência, após passarem por dificuldades fundaram um instituto. Este por sua vez chegou ao Brasil em 1908 (Rio de Janeiro).

As unidades de ensino mantidas da entidade A estão localizadas no bairro Torre, considerada área de classe média baixa de João Pessoa, o qual tem sua economia baseada em comércio e prestação de serviços. A localidade mesmo oferecendo diversos serviços à população desde hospitais, lojas comerciais, praças entre outros, demonstra carência quando se trata de escolas públicas, cotidianamente numa situação de enfrentamento à violência, sendo marcado por mazelas sociais.

Desde 1966 a sua natureza jurídica é o de Associação privada (CNAE 399-9), classificação pela Receita Federal, ou seja, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade econômica ou lucrativa, beneficente, de natureza educacional, científica e cultura.

De acordo com o Relatório anual de Atividades referente ao ano de 2018, a visão da entidade é a formação integral, com fomento a cidadania, sendo sinal de vida e esperança. A sua missão é de “Educar com valores, excelência e alegria.” No campo de atuação da entidade A, as ações têm como finalidades estatutárias:

- manter a educação básica, formada pela educação infantil – creche e pré-escola, ensino fundamental e ensino médio;
- proporcionar a educação superior, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- educar as crianças, adolescentes e jovens com programação integrada ao lazer, esporte, convivência e bem-estar;
- desenvolver a gestão pedagógica interativa, norteadas pelos princípios cristãos, éticos, educacionais e sociais, no compromisso com a comunidade, especialmente com a família;
- promover uma educação geradora de autonomia intelectual de vida, criativa e participativa, com responsabilidade social;
- formar cidadãos nas diferentes áreas do conhecimento, técnico, científico e pedagógico, ético e cultural, conscientes do compromisso e participação no desenvolvimento da sociedade;
- oferecer bolsas de estudo, através de gratuidades integrais e parciais, de acordo com o nível de carência do aluno e das normas vigentes no país;
- possibilitar cursos à distância, utilizando a tecnologia como favorecimento ao acesso à educação.

Possui em seu quadro operacional 137 funcionários no regime CLT, estagiários e jovens aprendizes são 15, em companhia de 5 pessoas que prestam serviços voluntários. Durante a aplicação do questionário houve controvérsias quanto ao voluntariado, a falta de conhecimento do que é serviço voluntário de caráter religioso possa ser a causa, pois a priori me foi passado que não havia voluntários, em ambas as escolas, o que não é verídico.

Os estagiários são de diversas formações, como psicopedagogia, psicologia, pedagogia, contabilidade que trabalham auxiliando os profissionais, e com exceção do estagiário contábil, os demais contribuem nas salas junto aos professores, e como apoio principalmente aos alunos especiais.

Atualmente a instituição A, atende não somente uma diversidade de gênero (meninos e meninas) como também pessoas com dificuldades especiais com Síndrome de Dawn, Autismo e Hiperatividade. O alcance vai de turmas desde o maternal até o ensino médio. A escola fornece Bolsas de Estudo de até 100% a

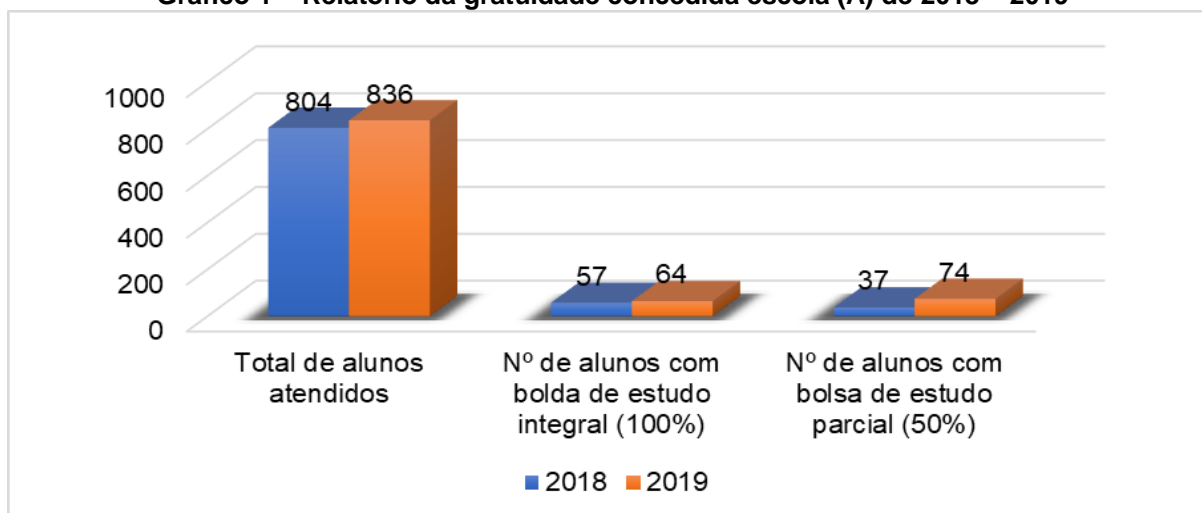
famílias de baixa renda que são acompanhadas por um assistente social para poder ser verificado todos os critérios necessários para a concessão do benefício.

É no Programa de Gratuidade Educacional da instituição A que viabilizou a concessão de Bolsa de Estudos Integral e Parcial aos beneficiários e candidatos impossibilitados de custear o valor integral da anuidade escolar, após análise do perfil socioeconômico, cuja renda mensal per capita familiar não exceda um salário-mínimo e meio ($1 \frac{1}{2}$), para bolsa integral de 100%, nem ultrapasse 03 (três) salários-mínimos, para ser concedido a bolsa de estudo parcial de 50%. Além de desconto aos colaboradores que têm filhos matriculados na instituição, com valor variando de acordo com cada renda e contexto familiar.

A quantidade de alunos até o momento da aplicação do questionário era entre 800 a 1000 alunos na escola A, conforme informações retiradas dos questionários, sendo que no ano de 2019 destes 138 são alunos bolsistas, conforme discriminado no gráfico 1, que é distribuído entre 64 alunos bolsistas integrais e 74 com bolsas de 50%. Com relação ao ano anterior teve um aumento na concessão de bolsas, principalmente a de 50%, com o dobro do número de bolsas. A quantidade de alunos pagantes, também inclui os bolsistas com 50%, visto que pagam mensalidade, e desta forma com o aumento de alunos de 50% em 2019 também aumenta o número de pagantes.

Este quantitativo só representa os alunos da escola A, sem considerar a escola B, por isso é que só com esse quantitativo de alunos bolsistas a entidade A não cumpriria com a Lei nº 12.101 (Brasil, 2009), na seção II, que trata de certificação para Entidades filantrópicas na educação, para as que atuam na educação básica, regular e presencial devem conceder anualmente uma proporção de bolsas em relação a quantidade de alunos pagantes.

Lembrando que são uma bolsa de estudos integral para cada cinco pagantes, ou uma bolsa parcial para cada nove pagantes, sendo assim, o cálculo seria em 2018, 161 alunos com bolsa integral ou $(804/9=89,33)$ 89 alunos 100% e 71 alunos 50% $(160,8-89,33=71,47)$. E em 2019 esses valores seriam 167 bolsistas integrais $(836/5=167,2)$, ou 93 bolsistas integrais $(836/9=92,89)$, e 74 alunos com bolsa parciais $(167,2-92,89=74,31)$.

Gráfico 1 – Relatório da gratuidade concedida escola (A) de 2018 – 2019

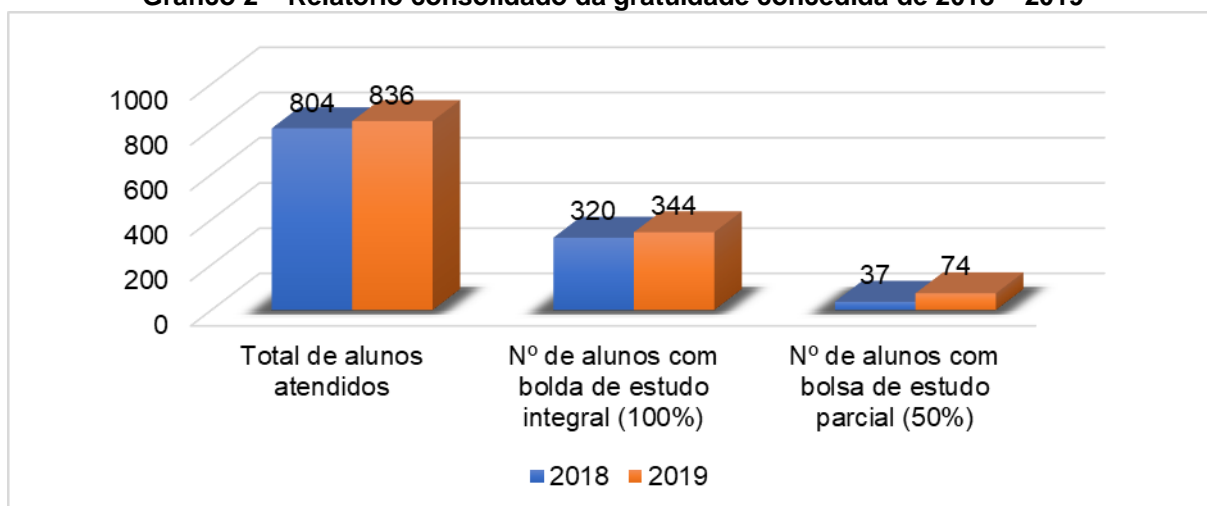
Fonte: Elaboração própria (2019) a partir do questionário e do Relatório anual de atividades – 2018 / 2019

A instituição A no relatório consolidado apresentou de 2018 serviços educacionais a um total de 1.124 alunos, incluindo os alunos da escola B, do qual 787 alunos pagantes, 320 com bolsa de estudo integral ou 100% e 37 com bolsa de estudo parcial de 50%, nos termos do art. 13, inciso III da Lei 12.101/2009, observado o princípio da universalidade e os critérios de seleção previamente estabelecidos, para fins de concessão, renovação e inclusão de novos alunos, bem como o disposto nos art. 68 e 69 do Estatuto da Instituição.

Como é possível notar, no consolidado (gráfico 2), a entidade A atende a Lei nº 12.101/2009, visto que o número de bolsistas com 100% é superior ao mínimo exigido em lei que seria 161 alunos integrais em 2018, e 167 em 2019.

Nesta pesquisa o objeto de estudo são duas escolas, contudo um é mantenedor do outro, por isso que é realizado o cálculo consolidado, pois representam uma única organização.

A gratuidade escolar da Instituição se constitui uma liberalidade concedida pela escola A, tendo como validade o período letivo de um ano. A seleção é através de uma entrevista social realizada por uma Assistente Social, análise documental e visita domiciliar, sendo fatores relevantes: a fragilidade da renda per capita familiar, condições de moradia, dificuldades no ingresso dos membros que compõe a família ao mercado de trabalho, questões de saúde e demais critérios previstos na Lei 12.101/09.

Gráfico 2 – Relatório consolidado da gratuidade concedida de 2018 – 2019

Fonte: Elaboração própria (2019) a partir do questionário e do Relatório anual de atividades – 2018 / 2019

A escola também oferece outras modalidades de abatimento na mensalidade, que são denominados descontos administrativos.

Estes descontos discriminados na tabela 1 são oferecidos mediante regras internas da organização, para os pais e funcionários. Dentre estas normas internas estão o pagamento em dia das mensalidades, matricular mais de um filho na escola.

Os descontos administrativos não compõem os cálculos efetuados anteriormente, visto que não são fornecidos em conformidade com a Lei nº 12.101/09, e sim por determinação da entidade, deste modo os 17 alunos com descontos de 100% não são considerados como bolsistas filantrópicos.

Tabela 1 – Desconto administrativo (A) / funcionários e professores – 2018

Etapas de Ensino da Educação Básica	Total de Alunos Matriculados	Total de Alunos Pagantes	Total de Alunos com Desconto Administrativo	
			100%	50%
Educação Infantil I, II, III e (Maternal)	132	130	-	3
Ensino Fundamental (1º ano)	58	55	1	1
Ensino Fundamental (2º ao 5º ano)	208	203	1	14
Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	288	256	6	15
Ensino Médio (1ª e 2ª séries)	117	94	5	3
Ensino Médio (3ª série)	58	49	4	3
TOTAL GERAL	1124	787	17	39

Fonte: Elaboração própria (2019) a partir do Relatório anual de atividades da entidade (2018)

Quanto a receita a entidade A obtém 100% de seus recursos através da prestação de serviços a particulares, de acordo com o Relatório anual de atividade de 2018, a captação dos recursos econômicos e financeiros da Instituição, em conformidade com o disposto no art. 61 do seu Estatuto, são as rendas ou rendimentos de seus bens e serviços, receitas decorrentes de contratos ou convênios de prestação de serviços e outras receitas eventuais, conforme os registros contábeis, devidamente auditados por auditor independente.

Dentre as despesas principais destacadas pelo contador estão as despesas com pessoal e manutenção de imóveis, o que é normal visto que a folha tende a ser um gasto contínuo principalmente com professores e a manutenção de imóveis porque é necessária uma infraestrutura adequada: salas de aula, laboratório de informática, auditório, quadra de esportes, sala de audiovisual, secretarias, coordenações, banheiros, entre outros, para desenvolver a atividade fim de prestar um serviço educacional de qualidade com valores, de solidariedade, cooperação, integridade, tradição, excelência, bondade, inovação, acolhimento e alegria.

4.1.2 Gestão na escola A

Os respondentes afirmam realizar o planejamento estratégico, e que é utilizado das informações contábeis para a sua elaboração, mas sem mais detalhes quanto as quais informações são selecionadas, ou como são utilizadas. A diretora administrativa respondeu que é o contador, o setor de contabilidade na escola, que cuida destas questões, e que traça um plano estratégico contábil a cada ano.

Quanto aos instrumentos utilizados na gestão que foram indicados no questionário foram as demonstrações contábeis e relatórios de controle interno, pelo contador. Já o responsável para diretoria administrativa respondeu da seguinte forma:

Na parte pedagógica são os livros, sistemas de ensino que nos orientam nesta gestão, na formação continuada dos professores. Na parte administrativa são as decisões, que traço os planos, as estratégias e a dinâmica utilizada em toda a escola, e consonância com a equipe financeira (Diretora administrativa / pedagógica, 08/2019).

A respondente também disse em outra questão sobre o planejamento operacional, que são traçadas metas para formação contínua dos professores, e serviços administrativos. A cada bimestre é realizado um grande encontro com os

educadores.

O orçamento é uma peça fundamental e obrigatória para as entidades filantrópicas, é elaborado tendo como base nas informações dos resultados da contabilidade e relatórios do setor financeiro. De acordo com a diretora pedagógica a responsabilidade pela composição do orçamento é do contador acompanhado da diretoria administrativa e financeira, e a supervisora administrativa que se organizam para planejar, delimitar metas, definir os micro e macros projetos para a escola, observando os recursos financeiros que será preciso para iniciar os projetos.

Os respondentes indicaram as mesmas alternativas da participação no orçamento; DIRETORIA, GESTORES E CONTADOR o que evidencia a sincronia na resposta que existe conhecimento quanto ao item pesquisado.

Tabela 2 – Consolidado de bolsas de estudo concedidas por (A e B) - 2018

Etapas de Ensino da Educação Básica	Quantidade de alunos matriculados		Quantidade de Alunos Beneficiários			
			Bolsas 100%		Bolsas 50%	
	2018		2018		2018	
	PA	RA	PA	RA	PA	RA
Ed. Infantil (Maternal)	15	17	-	-	-	-
Ed. Infantil (Infantil I, II e III)	180	115	4	2	4	3
Ens. Fund. I (1º ao 5º)	320	266	14	6	16	7
Ens. Fund. II (6º ao 9º)	300	288	20	26	20	14
Ens. Médio (1ª e 2ª séries)	145	117	8	18	7	9
Ens. Médio (3ª série)	60	58	4	5	3	4
TOTAL GERAL	1020	861	50	57	50	37

Fonte: Elaboração própria (2019) a partir do Relatório anual de atividades da entidade (2018)

A tabela 2 relata com mais especificidade os alunos bolsistas em ambas escolas, por etapas de ensino, e por bolsa parcial (50%) e integral (100%), em relação ao planejamento, pelo plano de atendimento (PA) e o que foi de fato realizado no ano, de acordo com o Relatório de atividade (RA). Dentro do que foi estipulado para o exercício de 2018 quanto a quantidade de alunos matriculados, a expectativa foi maior do que o realizado em aproximadamente 15%, o que afetou a entrada de recursos, mas que aparentemente não impactou na concessão de bolsas, já que durante o exercício de 2018 houve um aumento tanto em bolsas inteiramente gratuitas, quanto as de 50%, em relação ao que havia sido determinado

no PA.

Esta pesquisa não teve acesso à quantidade de bolsas previstas pra o exercício corrente, por isso tomando como base a quantidade atual fornecida pelos respondentes no questionário de 64 alunos com bolsa integral e 74 com bolsa parcial na escola A, temos então um aumento de efetivo maior no número de bolsas parcial, possivelmente tenha influência a quantidade espera de matrículas no exercício de 2018, e seja uma forma de prevenção de baixa na receita da atividade.

Contudo tanto a receita com atividade quanto o superávit do exercício social de 2018 superou o do ano de 2017 em aproximadamente 213%.

4.1.3 Prestação de contas na escola A

O respondente quando questionado sobre a existência de exigências de financiadores ou doadores na entidade A sua resposta foi negativa. Até por ser gerida por recursos particulares, a mensalidades dos alunos, os pais ou não tem acesso ou se quer procuram essas informações, que não são tão acessíveis ou disponível quanto outras instituições que são financiadas pelo governo ou doações que existe uma maior dependência na captação de recursos, tendo que desenvolver vínculo de confiança e fidedignidade bem mais próxima, e é a destinação dos recursos e divulgação forma parte o processo de captação de recursos.

De acordo com o quadro 2, sobre os destinatários da prestação de contas, o contador respondeu que são 5 (cinco), o governo, devido ao cumprimento da legislação para obtenção e continuidade dos benefícios como imunidade e isenção de impostos, como por exemplo o ISS, o IPTU, o IR, ou “todos os impostos que comecem com I” de acordo com o contador, que é válido perante a legislação brasileira, e conforme foi detalhado por Araújo (2005) no referencial teórico dos impostos imunes há vários outros como IOF, ITBI, e sobre a isenção tem o IRPJ e o CSLL; os conselhos que controlam a organização, que nada mais é do que um conselho fiscal; assim como para os associados, beneficiários e população em geral.

Contudo estes seriam os secundários, como já mencionei, não tem facilidade no acesso a esse tipo de informação, mesmo que possuam uma relação cotidiana que aproxima da entidade, aqui falando dos associados e beneficiários como sendo os pais, pois levam seus filhos à escola, acompanham o seu desempenho, participam de eventos e confraternizações.

Quadro 2 – Destinatário da prestação de conta (A) - 2019

Destinatário (s)	Sim	Não
Público interno (para controle das atividades e outros fins, como por exemplo: controle financeiro e controle do patrimônio.)		X
Para o governo, com o fim de atender legislação	X	
Para os conselhos que controlam a organização	X	
Para os doadores privados de recursos		X
Para os órgãos governamentais, que liberam recursos para a organização		X
Para os financiadores		X
Para os associados	X	
Para os beneficiários	X	
Para a população em geral	X	
Outros		X

Fonte: Adaptação (2019) a partir do questionário tirado da dissertação de mestrado de Oliveira (2009)

Quanto a disponibilidade da prestação de contas tive dificuldade em encontrar mesmo sabendo pelo contador que estas informações são enviadas para órgãos públicos, como o MEC e pro INSS, não encontrei, por isso falei ao contador do ocorrido e este me informou que essas informações são “públicas”, pois são disponibilizadas para estes órgãos, mas que por lei as entidades devem mostrar sua prestação contas para qualquer pessoa que procure a entidade e a solicite, e foi desta forma que consegui o Relatório de atividades.

Quanto ao conselho fiscal assim como a diretoria são compostos por três irmãs “consagradas”, ou seja, fizeram seus votos de Pobreza, Castidade e Obediência, o trabalho delas nas escolas é voluntário. Com exceção de algumas irmãs que trabalham, e são registradas como funcionárias, mas que não ficam para si esses benefícios, pois esse valor é para manter o Instituto, que é a comunidade religiosa que várias irmãs vivem.

O Instituto, conforme explicou o contador, é nada além do que as casas das irmãs, onde surgiu a necessidade de haver uma separação dos gastos, pois anteriormente as mesmas utilizavam os recursos da escola para pagar pequenas despesas na casa delas e vice-versa, mas que depois foi explicado que não poderiam continuar com essa prática, então, resolveram criar um CNPJ em nome do Instituto que engloba estas casas, e a partir daí que começou a contabilizar as despesas e receitas (aposentadoria, salário das irmãs que trabalham na escola como funcionárias).

No questionário foi abordado na questão a seguir o efeito que pode ter causado as exigências que são feitas as escolas quanto a prestação de contas. O contador marcou as seguintes alternativas:

Quadro 3 – Efeitos das exigências de prestação de contas (A) e (B) - 2019

Efeito no (na)	Melhora	Indiferente	Atrapalha
Planejamento e definição de metas de entrega dos serviços	X		
Foco nos serviços prestados	X		
Transparência e prestação de contas ao público	X		
Qualidade da documentação da organização	X		
Avaliação da efetividade dos serviços	X		
Apoio no gerenciamento financeiro	X		
Funcionamento do conselho gestor	X		
Identificação de problemas potenciais		X	
Prevenção de fraude	X		
Desenvolvimento de novos serviços	X		
Outro			

Fonte: Adaptação (2019) a partir do questionário tirado da dissertação de mestrado de Oliveira (2009)

De acordo com que foi assinalado no quadro 3 é possível inferir que as exigências de prestar contas, da responsabilização, a *Accountability* traz uma série de melhorias, como a transparência, prevenção de fraudes, planejamento e definição de metas de entrega de serviços. Estes são consequências de se manter uma prestação de contas em dia com as normas e legislações, e que são disponibilizadas para os interessados para acompanhamento das atividades e projetos das escolas. E este foi indiferente, em relações a identificação de problemas potenciais como sendo efeito da exigência de prestar contas.

Quando indagado como os dados fornecidos pela contabilidade fizeram com que a organização mudanças, e quais foram, o contador (08/2019), respondeu: “que melhorou os processos de gestão e controles internos: implantação de novas tecnologias de controle, e otimização dos custos”.

4.1.4 Perfil da escola B

A escola B por sua vez surgiu de uma iniciativa vinda de um dos gestores da escola A, para atender os alunos que a procuravam, mas que não tinha como arcar com as mensalidades. Primeiro foram os filhos de empregados, e os pais/empregadores adotavam essas meninas e custeavam os materiais didáticos durante todo o ano e a escola não cobrava nenhuma mensalidade. Foi disponibilizado uma sala, mas que logo ficou lotada devido a procura, chegando a 40 alunas. Sem ter espaço foi providenciado um local no pátio da escola, mas que claramente não era apropriado.

A escola junto ao estado conseguiu um terreno que foi cedido para as irmãs, para construção da escola B. O alvará de funcionamento data de 27 de setembro de 1979, contudo segundo uma placa em honra a escola o ano seria 1946, visto que a placa data de 1996 e comemora os 50 anos de atividade. De acordo com as entrevistas de reconhecimento, inicialmente o estado enviava os professores que eram pagos por eles, e as demais despesas eram custeadas pela escola A. Isso mudou em 2007, com o término da parceria e a escola A passou a custear totalmente a escola B. Atualmente são 282 alunos estudando na escola B. Com turmas até o 5º ano do fundamental. Mas não sabe dizer exatamente quando que a escola passou a atender tanto meninas como meninos.

A seleção dos alunos é realizada pela própria escola, com acompanhamento de psicólogo e de um assistente social, que dá o seu parecer sobre cada aluno e família.

O orçamento é realizado pela escola A, de acordo com a entrevistada que é coordenadora, o B tem mais “independência” se tratando do planejamento pedagógico.

O Relatório de atividades faz uma análise comparativa do que foi previsto no planejamento e o que foi realizado no ano 2018 se tratando de concessão de bolsas, esta é uma maneira de planejar estrategicamente, que é estabelecer metas alcançáveis, além do próprio relatório ser um instrumento de monitoramento e mensuração do desempenho da entidade A em relação ao que tinha sido alinhado para o ano.

De acordo com a tabela 3, a escola tinha planejado atender 240 alunos, contudo expandiu a sua estimativa para 263 alunos. Essa decisão de expansão da capacidade de alunos bolsistas atendidos pela escola B, não é conhecida.

Tabela 3 – Metas previstas e as metas realizadas em (B) - 2018

Tipo de Bolsa	Plano de Atendimento (PA)	Relatório de Atividade (RA)
Bolsa de Estudos (100%)	240	263
Bolsa de Estudos (50%)	—	—
Total de Alunos Beneficiados	240	263

Fonte: Elaboração própria (2019) a partir do Relatório anual de atividades da entidade (2018)

O Relatório realiza, da mesma forma que o quantitativo de bolsas previsto e realizado, também com os recursos a serem aplicados na escola B durante o ano. Em 2018 a previsão era de mais de um milhão e meio, sendo que a sua realização foi menor, mesmo com o número de bolsistas tendo aumentado em relação ao que foi projetado como é possível verificar pela tabela 4.

Tabela 4 – Recursos previstos e aplicados (R\$) em (B) - 2018

Tipo de Bolsa	Plano de Atendimento (R\$)	Relatório de Atividade (R\$)
Bolsa de Estudos (100%)	1.555.200,00	1.420.200,00
Bolsa de Estudos (50%)	—	—
Total de Alunos Beneficiados	1.555.200,00	1.420.200,00

Fonte: Elaboração própria (2019) a partir do Relatório anual de atividades da entidade (2018)

De acordo com a entrevistada Maria (2019) o voluntariado não é mais praticado no B, mas tem vários projetos que são realizados, como por exemplo, dos alunos universitários que vão palestrar sobre alimentação saudável (levam lanches para as crianças), e uma parceria com o CECRE que junto com a escola montaram o laboratório de informática que fica à disposição para os alunos. Contudo durante conversa com o contador, indaguei sobre o trabalho que as irmãs realizavam e não eram funcionárias, este por sua vez, explicou que elas são voluntárias, mas que como trabalho voluntário, tudo precisa ser contabilizado. E após analisar o mesmo o Relatório anual de atividade de 2018, foi verificado que no tópico “Trabalho voluntário por membros dirigentes estatutários”, consta realmente uma mensuração de receitas e despesas e custos referentes ao voluntariado. Neste tópico diz que o

reconhecimento de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais/por mês), num total anual de R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais).

A entidade é totalmente filantrópica, pois todos os alunos são escolhidos por serem de comunidades carentes e de baixa renda, localizados em João Pessoa/PB e a prestação de serviço é totalmente gratuita. Os profissionais que trabalham nesta escola são pagos junto a folha de pagamento da escola A, assim como todas as despesas provenientes da atividade.

Se encontra matriculados 280 alunos, da educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental. As escolas A e B, de acordo com a coordenação de recursos humanos, regidos pelas normas determinadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018, p. 7), que é um “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”, este documento serve para direcionar os currículos das unidades federativas, assim como os projetos pedagógicos tanto das escolas públicas quanto as privadas, desde o ensino infantil até o ensino médio.

As escolas também têm exigências quanto ao limite máximo de alunos por turma, determinado pelo acordo do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado da Paraíba – SINTEENP-PB (2014, n.p.), são as seguintes:

Educação Infantil (Maternal, Jardim I e II): 25 alunos; Educação Infantil (1º ano): 30 alunos; Ensino Fundamental (2º e 3º ano): 35 alunos; Ensino Fundamental (4º e 5º ano): 40 alunos; Ensino Fundamental (6º ao 9º ano): 50 alunos; Ensino Médio: 60 alunos; Cursos Pré Vestibulares: 60 alunos; Cursos Livres e de Idiomas: 24 alunos.

Estas regras são para escolas privadas de João Pessoa, e para a Paraíba, com exceção de Campina Grande, conforme foi me dito pela coordenadora do Recursos Humanos da escola A, e mais, as regras para educação independe da filantropia, com exceção das bolsas, as instituições seguem as normas como a que já mencionei a BNCC, este acordo, o Plano Nacional de Educação (PNE).

O Relatório de atividades de 2018 apresenta o custo total dos alunos que são contemplados com bolsa integral da escola B, que representa quase um milhão e meio de reais, conforme discriminado na tabela 5. Este custo é deduzido no grupo Gratuidades concedidas – educação, conta sintética Gratuidades bolsa integral – 100%, e na conta analítica denominada Bolsas Integrais Concedidas – Ens. Fund. I – Unidade B. Essa classificação detalhada está em conformidade com as normas

contábeis, destas a ITG 2002/15, que faz menção as informações necessárias para a divulgação.

Tabela 5 – Relatório sintético da gratuidade em (B) - 2018

Etapas de Ensino da Educação Básica	Valor da Mensalidade (R\$)	Total de Alunos Matriculados	Total de Bolsistas (100%)	Custo Total das Bolsas Integrais (100%)
Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	450	263	263	1.420.200,00
TOTAL GERAL	450	263	1.420.200,00	1.420.200,00

Fonte: Elaboração própria (2019) a partir do Relatório anual de atividades da entidade (2018)

O total das despesas da escola B em 2018 foi classificada entre 401 mil até 600 mil reais, com as despesas com pessoal e predial classificadas como sendo as principais. Por causa da atividade educacional, para pagar aos 18 professores da escola, e fazer a manutenção das instalações adequadas para as crianças, como salas, banheiros, sala de informática, e sala de vídeo a biblioteca, bem como as coordenações e pátio para recreação. Estas despesas não são classificadas como custo para a entidade mantenedora e englobam as suas próprias despesas, visto que não foi encontrado no Plano de contas uma conta com essa finalidade.

4.1.5 Gestão na escola B

Quanto a escola B, por ser parte integrante até certo ponto do A, são assinalados os mesmos instrumentos na gestão. Visto que seus recursos provem unicamente da escola A o planejamento, como tal, o controle e gerenciamento dos recursos são realizados por seu mantenedor. De acordo com a dirigente administrativa o planejamento, seja financeiro ou pedagógico, são envolvidos professores e funcionários também da escola B, mesmo que por vezes sejam necessários fazer planejamentos diferentes, e ela cita como exemplo: investimentos na melhoria do prédio e na formação com pais e alunos.

O orçamento é dito que é elaborado pela diretoria geral e pelo contador, a partir das informações elaboradas pela contabilidade referente as despesas e os recursos que serão aportados pela escola A.

4.1.6 Prestação de contas na escola B

Os destinatários da prestação de contas para a entidade B é a mesma que a entidade A, de acordo com as questões assinaladas pelo contador. E quanto as mudanças indicadas atribuídas pelas informações contábeis foram a melhoria nos controles internos, implantação de sistema para controles dos processos. Das demais opções marcadas com o “Não”, estão o Público interno, os doadores privados, órgãos governamentais que liberam recursos, e financiadores, com exceção do público interno os demais não se aplica às instituições devido a origem dos recursos não virem destes.

4.2 ANÁLISE DE PERGUNTAS POR PERFIL

As perguntas neste tópico variam de acordo com o respondente, as dos gestores são sobre os desafios que enfrentam, a percepção quanto a contribuição da contabilidade na tomada de decisão, o conhecimento que eles têm sobre as exigências legais do terceiro setor na educação, e sobre a participação destes no processo de tomada de decisão. Lembrando que o questionário do gestor (a) pedagógico (a) esse tópico é o III, e não o IV como os demais.

Para o contador foram selecionadas as mesmas abordagens citadas, com exceção da contribuição da contabilidade na tomada de decisão, pois a intenção foi de obter a percepção dos gestores (as) nesse quesito. No mais foram acrescentadas outras indagações sobre a opinião deste quanto a maior dificuldade na elaboração da prestação de contas, sobre a tributação, o que faz para atuar no terceiro setor, o método de custeio utilizado, e se poderia contribuir mais com a gestão.

Quanto a tributação, o contador, não deu detalhes, somente informações já conhecidas, como ambos as escolas A e B são entidades sem fins lucrativos, e estes são imunes a impostos, no entanto pagam todas as contribuições. A sua principal estratégia para trabalhar neste setor é conhecer bem a legislação específica para o terceiro setor e conhecer as normas específicas para entidades da educação. O que é natural que ocorra, pois nada mais é do que conhecer a entidade e suas especificidades, para traçar um plano de trabalho para cada organização.

No quesito que indaga sobre o método de custeio utilizado, o contador que é o mais qualificado para responder esta questão, afirmou que ele trabalha custeio

baseado em atividade, desta forma, cada projeto tem seus custos contabilizados separadamente. Este custeio se mostra adequado para as necessidades informacionais como o custo por aluno, por série, entre outras. Das exigências legais mencionadas pelo Contador (2019) estão:

Elaboração do plano de atendimento trienal; Elaboração do relatório de atividades anual; Cumprimento das normas contábeis específicas para entidades do terceiro setor; Cumprimento das normas específicas para entidades de educação; Cumprimento da legislação fiscal e tributárias específicas;

O contador também informou que participa das decisões e deliberações em projetos de investimento, controle interno e melhorias na organização. O que corrobora com as falas da diretora pedagógica, que elencou a importância do contador como sendo o “coração da entidade”. Além disso ele enfatizou que a maioria das decisões que são tomadas pela direção que envolvam a utilização de recursos, sempre tem a sua participação. O que converge com as declarações tanto da diretora administrativo/pedagógica, quanto com outros funcionários, em conversa informal, que ressalta a contribuição da contribuição do contador na gestão e orientações na tomada de decisões de ambas as instituições. E no mais, acredita que a sua colaboração oferecida atualmente para a gestão da entidade é satisfatória, mais ou menos, o mesmo que foi dito pela diretora pedagógica.

Para a gestora administrativa no empenho de sua função, os maiores desafios estão mais ligados a parte pedagoga do que administrativa, como:

- É estar alinhando a educação com a família;
- A falta de compromisso dos pais na educação dos filhos;
- Professores que não se encaixam nas diretrizes da escola;
- Os alunos que estão mais desafiadores;

Em conversa informal, durante a diretora respondia o questionário, a mesma mencionou que os desafios são vários, mas somente externou estes, pois segundo ela as famílias antigamente apoiavam mais a escola de modo geral, e a educação que era fornecida, mas que atualmente as famílias querem impor as suas vontades, e não recebem tanto apoio, o que dificulta o trabalho dos educadores, e prejudica o processo de aprendizado dos filhos, e cumprimento a missão da escola que é, de acordo com o Relatório de atividades de 2018, “promover, dentro dos princípios cristãos, a educação integral de crianças e jovens para o exercício pleno da

cidadania, tornando-os criativos e capazes de interferir nos processos socioculturais do país”.

A questão sobre as exigências legais para as entidades do terceiro setor na educação, a diretora administrativa não soube responder, seja por desconhecimento, esquecimento, ou mesmo por não compreender a questão. As informações desta natureza foram fornecidas pela coordenadora do RH, que falou sobre o BNCC, e o acordo, além de responder outros questionamentos; como a formação mínima dos professores, que até o 5º ano pode ser o magistrado, mas que a partir do 6º ano até o ensino médio é obrigatório os professores terem a licenciatura. E que não existe um número mínimo ou máximo de professores, nenhuma lei que determine isso, e que dependerá da grade curricular da instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Terceiro Setor é composto por diversas entidades com peculiaridades próprias, mas cada uma com um propósito social e humano de fornecer um meio alternativo e sustentável de prestar serviços à sociedade e principalmente a parcela menos favorecida. No âmbito educacional essa parcela é composta por famílias e comunidades carentes, que são acolhidas e privilegiadas com uma educação boa, e com crescente desenvolvimento.

As organizações selecionadas para realização da pesquisa foram duas escolas, A e B, que atuam a quase 80 anos na cidade de João Pessoa. O Escola A tem sua tradição e é reconhecida por seu trabalho na formação de gerações, avós, mães e filhos no âmbito profissional como enquanto pessoa, com os valores que ela pratica, tanto pela filantropia quanto pela estrutura educacional. A sua mantida, escola B, tem sua inauguração pouco tempo depois com o objetivo de fornecer educação 100% gratuita, as crianças e jovens de carentes.

Dentre as características dos colégios está a formação não somente educacional, mas também no âmbito religioso, pois se tratando de instituições antes de tudo fundada por irmãs consagradas, a sua missão religiosa, e de vida é semeada em eventos, encontros, celebrações com pais, filhos, professores e funcionários.

A contabilidade desempenha seu papel de fornecer informações úteis para a continuidade das escolas, e das suas atividades fundamentais para a sociedade e diretamente as famílias em situação social desfavorecidas que tem seus filhos (as) matriculadas nestas escolas, recebendo educação gratuita.

O problema de pesquisa foi respondido e o objetivo geral alcançado tendo como base a análise dos documentos, e dos questionários aplicados, sendo possível traçar o perfil dos respondentes, constatando que tanto o contador quanto a diretora administrativa/pedagógica estão na entidade a mais de uma década, possuem ensino superior, e tem experiência na atividade o que pode refletir no desempenho da gestão.

A escola A realiza a contabilidade de acordo com as normas vigentes e centraliza as operações da escola B. Verificou-se que as informações geradas pela contabilidade são utilizadas no processo de tomada de decisão, afirmação pautada pelas respostas convergentes nos questionários, e pelas falas de outros integrantes

da administração das entidades. Isto reflete na continuidade da entidade que está a 79 anos ativa, e demonstra a capacidade da contabilidade e do profissional contábil presente nestas escolas de auxiliar na sustentabilidade destas.

As informações são utilizadas junto a outros relatórios gerados pelo setor financeiro, para traçar metas, elaborar o orçamento e o planejamento estratégico. A informação gerada pela contabilidade tem relevância quando se é dada a devida atenção, e é o que pode ser concluído tanto pelas afirmativas dos questionários, quanto pela longevidade destas escolas, que diante das adversidades políticas e econômicas permanecem prestando seus serviços.

O presente trabalho também identificou que são utilizadas ferramentas gerenciais, como o custeio ABC, porém alguns integrantes da gestão da escola têm pouco conhecimento quanto aos instrumentos gerenciais, percebe-se pela dificuldade de compreender algumas assertivas que abordaram questões com essa temática, e também pela responsabilidade que eles mesmo transferem para o contador pela elaboração dessas peças gerenciais. Ou seja, o contador além de prestar os serviços de escrituração, e assessoria contábil, também auxilia na esquematização do processo de gestão. Todavia foi assinalado no questionário que o planejamento tem a participação da diretoria geral, dos gestores e do contador.

A prestação de contas Indispensável para todas as organizações, e imprescindível para entidades do terceiro setor devido ao grau de demonstração da aplicação dos recursos recebidos em atividades em prol da transformação da sociedade. Foi apontado que as exigências na prestação de contas refletem numa melhoria no planejamento e definição de metas de entrega de serviços, transparência ao público, prevenção de fraude, e outros, com exceção da identificação de problemas potenciais.

Contudo, foi verificado que o contador possui uma relação participativa no processo de tomada de decisão, a sua opinião profissional e conhecimento sobre custos, legislação, e mesmo das estruturas das instituições, torna sua contribuição sobre questões gerenciais bastante significativa, se não fundamental para a sustentabilidade das entidades, tanto legal, como financeira na avaliação da diretoria.

O fato de estar trabalhando dentro da escola A torna bem mais ativo a atuação do profissional, como foi possível notar durante a aplicação dos questionários, visto que a acessibilidade proporciona uma melhor dinâmica e

sinergia entre a contabilidade e a gestão, o que consequentemente vem a trazer benefícios na prestação de contas, e no processo de tomada de decisão, pois as informações são compartilhadas e discutidas pelas partes. Mesmo havendo integrantes da gestão com pouco conhecimento gerencial, mas o contador está próximo para sanar parte destas lacunas, e é por conta disso que a gestora administrativo/pedagógica (2019) afirmou que a contabilidade e o setor contábil são o coração da entidade.

A sugestão para futuras pesquisas na realização de investigação com abordagem voltado aos controles internos, ou mesmo em outras entidades do terceiro setor em segmentos distintos da educação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

ATKINSON, Anthony A.; BANKER, Rajiv D.; et al. **Contabilidade gerencial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BARROS JUNIO, Edson de Souza. **Custos no Terceiro Setor**: um estudo de caso da prestação de serviços para melhoria da gestão econômica. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/display/44928834>. Acesso em: 26 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2002] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9249.htm. Acesso em: 24 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. (2015). **ITG 2002 (R1)**: Entidades sem Finalidade de Lucros. Disponível em: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002(R1).pdf). Acesso em: 14 ago. 2019.

FARIAS, Elizângela. **Educação e o terceiro setor**. Site da VG Notícias. 02 abr. 2018. Disponível em: <https://www.vgnoticias.com.br/artigos/educacao-e-o-terceiro-setor/46427>. Acesso em: 28 set. 2019.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/15847/material/351291616-Privado-Porem-Publico-Rubem-Cesar-Fernandes.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

FRANÇA, José Antônio. *et al.* O processo de accountability nas entidades do terceiro setor no Brasil: Uma avaliação das prestações de contas das fundações de direito privado veladas pelo MPDFT. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TERCEIRO SETOR, 1., 2019, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UnB, 2009. p. 31-48. Disponível em: <http://conferencias.unb.br/index.php/ICTS/1ICTS/paper/viewFile/15990/2509>. Acesso em: 14 ago. 2019.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Revista Bahia análise e dados**. Salvador, v. 12, n. 1, p. 09-19, 2002.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2016**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101647>. Acesso em: 24 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO PÚBLICA (IBGP). **Terceiro setor movimenta 8% do PIB no mundo**. 21 abr. 2017. Disponível em: <https://ibgpbrasil.org/2017/04/21/terceiro-setor-movimenta-8-do-pib-no-mundo/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

LUZ, Camila. **Como funciona o sistema de saúde dos Estados Unidos?** Site da ONG Politize. 14 mar. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sistema-de-saude-dos-estados-unidos/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

Mapa das Organizações da Sociedade Civil (MAPAOSC). **Evolução quantidade de OSCs por ano de fundação**. 2019. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/analise-perfil.html?localidade=2507507>. Acesso em: 17 jul. 2019.

MARIO, Poueri do Carmo, et al. A Utilização de Instrumentos de Contabilidade Gerencial em Entidades do Terceiro Setor. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 70, 2013.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à contabilidade gerencial**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018080/cfi/6/10!/4/2@0:0>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). **SÃO PAULO, Cartilha do Terceiro Setor**. São Paulo: Nova Bandeira, 2005.

OLIVEIRA, Edmauro Carlos de. **Uma contribuição à das práticas de gestão das organizações do terceiro setor com enfoque na eficácia**: pesquisa nas organizações da região metropolitana de São Paulo. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Comércio Álvares Penteado. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp085701.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. **Uma investigação sobre a prestação de contas do terceiro setor brasileiro**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4961>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PEREIRA, Mércia de Lima. **As contribuições da Accountability aos beneficiários para a eficácia organizacional**: um estudo nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) da Paraíba. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Universidade da Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/ppgcc/contents/documentos/dissertacoes/dissertacao-mercia-de-lima-pereira-versao-cd.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de custos**. 5. ed. - São Paulo: Saraiva, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547228392/cfi/0!/4/2@100:0.0>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SILVA, D. S. **Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas**. 5.ed. Brasília: SEBRAE, 2002.
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRIVADO DA PARAIBA - SINTEENP-PB. Convenção coletiva. 2014. Disponível em: <https://consultortrabalhista.com/convencoes-coletivas-de-trabalho/convencao-coletiva-sind-dos-trab-em-estab-de-ensino-privado-da-paraiba-vigencia-01052014-30042016/>. Acesso em: 02 set. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ZAVALA, Rodrigo. **IBGE calcula participação econômica do terceiro setor**. 14 mai. 2017. Disponível em: <https://gife.org.br/ibge-calcula-participacao-economica-do-terceiro-setor/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DO CONTADOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **Contribuição do contador em entidades do terceiro setor**: Um estudo multicaso em escolas de João Pessoa/PB, desenvolvida por **Luana da Silva Nascimento**, aluno regularmente matriculado no **Curso de Ciências Contábeis – Graduação** do Centro de **Centro de Ciências Sociais Aplicadas** da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do professor Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo.

Os objetivos da pesquisa são: O objetivo geral deste projeto é o de verificar a contribuição que o profissional contábil pode desempenhar na gestão das Entidades Educacionais escolhidas na cidade de João Pessoa/PB. E os objetivos específicos são: Esclarecer o papel da informação contábil no processo de gestão em duas entidades educacionais filantrópicas em João Pessoa/PB; e Identificar se os gestores das Entidades baseiam o processo decisório nas informações geradas pela contabilidade. Justifica-se o presente estudo por se tratar de um terceiro setor que vem ganhado percepção, tem sua contribuição na sociedade e precisa ser mais abordado. A literatura sobre o tema é escassa e pouco divulgada, fato que despertou real interesse em estudá-lo e divulgá-lo.

A participação do(a) sr.(a) na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário que lhe será apresentado, enquanto que, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do

Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Caso a participação de vossa senhoria implique em algum tipo de despesas, as mesmas serão ressarcidas pelo pesquisador responsável, o mesmo ocorrendo caso ocorra algum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Desejando-lhe sucesso nas atividades de sua organização, despeço-me.
Atenciosamente,

Luana da Silva Nascimento
Graduanda em Ciências Contábeis - UFPB

Prof.^a: Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo.
Orientador (a)

Você aceita participar da pesquisa?

() Sim, aceito participar.

() Não, aceito participar.

Caso seja do seu interesse conhecer o resultado consolidado da pesquisa, coloque abaixo seu e-mail:

Questionário - Contador (a)**PARTE I - Perfil dos respondentes e da organização**

1) Qual o seu nível de escolaridade?

- () Ensino médio Incompleto
- () Ensino médio Completo
- () Curso técnico
- () Ensino superior Incompleto
- () Ensino superior Completo
- () Pós-graduação (especialização)
- () Mestrado

2) Há quanto tempo trabalha na organização? _____

3) Há quanto tempo está no cargo? Desempenhou outro cargo além deste na entidade?

4) Descrever a função que atua atualmente:

Questões para a Escola A:

5) Quantos alunos são atendidos, em média, na organização ao ano?

6) Discriminar a quantidade de acordo com a seguinte classificação:

Bolsista Integral: _____

Bolsista Parcial - 50%: _____

7) Que outros tipos de descontos são concedidos?

8) Qual a Receita Anual da Entidade (R\$, 2018):

() até 50 mil	() de 401 mil até 600 mil
() de 51 mil até 100 mil	() de 601 mil até 800 mil
() de 101 mil até 200 mil	() de 801 mil até 1 milhão
() de 201 mil até 300 mil	() acima de 1 milhão

9) Coloque os percentuais da organização em relação às fontes de receita.

Referência em Percentual	De 0% a 100%
Qual o percentual da receita é obtida através da prestação de serviços a particulares?	
Qual o percentual da receita é obtida através do setor de serviços públicos?	
Qual o percentual da receita é obtida através de doação de particulares?	
Qual o percentual da receita é obtida através de subvenção do setor público?	

10) Quais as principais despesas?

Questões para a Escola B:

11) Quais os anos escolares que funcionam na entidade?

12) Quantos alunos são atendidos, em média, na organização ao ano?

13) Qual a Despesa Anual da Entidade (R\$, 2018):

() até 50 mil	() de 401 mil até 600 mil
() de 51 mil até 100 mil	() de 601 mil até 800 mil
() de 101 mil até 200 mil	() de 801 mil até 1 milhão
() de 201 mil até 300 mil	() acima de 1 milhão

14) Quais as principais despesas?

PARTE II - Perfil da Gestão – Escola A

15) Que instrumentos são utilizados na gestão?

16) É realizado Planejamento Estratégico?

- () Sim
() Não

17) Caso tenha respondido sim, na questão anterior, explique como as informações contábeis são utilizadas para elaboração do Planejamento Estratégico?

18) Como é elaborado o orçamento para a Escola A e quem é responsável pela elaboração? Comente.

19) Assinale uma alternativa que melhor indica a situação atual da entidade. No processo de planejamento da organização são envolvidos:

- () Diretoria Geral
() Gestores das áreas envolvidas na Organização
() Comunidade atendida
() Doadores
() O governo
() Contador
() Outros. Quais? _____

PARTE II - Perfil da Gestão – Escola B

20) Os instrumentos utilizados na gestão da Escola A são os mesmo para a Escola B?

- () Sim
() Não

21) O planejamento realizado na Escola A envolve a Escola B? Como?

22) Como é elaborado o orçamento para a Escola B e quem é responsável pela elaboração? Comente.

23) Assinale uma alternativa que melhor indica a situação atual da entidade. No

processo de planejamento da organização são envolvidos:

- () Diretoria Geral
- () Gestores das áreas envolvidas na Organização
- () Comunidade atendida
- () Doadores
- () O governo
- () Contador
- () Outros. Quais? _____

PARTE III - Prestação de Contas – Escola A

24) À quem é dirigida a prestação de contas:

Destinatário da prestação de conta	Sim	Não
Público interno (para controle das atividades e outros fins, como por exemplo: controle financeiro e controle do patrimônio.)		
Para o governo, com o fim de atender legislação		
Para os conselhos que controlam a organização		
Para os doadores privados de recursos		
Para os órgãos governamentais, que liberam recursos para a organização		
Para os financiadores		
Para os associados		
Para os beneficiários		
Para a população em geral		
Outros		

25) Existem exigências de financiadores/doadores?

- () Sim
- () Não

26) Caso tenha marcado sim, na questão anterior, quais das seguintes informações são exigidas dos financiadores/doadores de recursos, por período:

Periodicidade	Mensal	Trimestre	Semestre	Anual
Relatórios de desempenho				
Relatórios financeiros				
Informações s/ os beneficiários				
Planos de trabalho, projetos e/ou planos estratégicos				
Outros				

27) Qual o efeito que as exigências de prestação de contas e relatórios das agências financiadores (incluindo o governo) têm na sua organização, em relação aos seguintes aspectos:

Efeito no (na)	Melhora	Indiferente	Atrapalha
Planejamento e definição de metas de entrega dos serviços			
Foco nos serviços prestados			
Transparência e prestação de contas ao público			
Qualidade da documentação da organização			
Avaliação da efetividade dos serviços			
Apoio no gerenciamento financeiro			
Funcionamento do conselho gestor			
Identificação de problemas potenciais			
Prevenção de fraude			
Desenvolvimento de novos serviços			
Outro			

28) Dos dados fornecidos pela contabilidade fizeram com que a organização sofresse quais mudanças? Exemplo: Introdução de novas tecnologias ou sistemas, melhor eficiência no uso dos recursos humanos.

PARTE III - Prestação de Contas – Escola B

29) À quem é dirigida a prestação de contas:

Destinatário da prestação de conta	Sim	Não
Público interno (para controle das atividades e outros fins, como por exemplo: controle financeiro e controle do patrimônio.)		
Para o governo, com o fim de atender legislação		
Para os conselhos que controlam a organização		
Para os doadores privados de recursos		
Para os órgãos governamentais, que liberam recursos para a organização		
Para os financiadores		
Para os associados		
Para os beneficiários		
Para a população em geral		
Outros		

30) Dos dados fornecidos pela contabilidade que fizeram com que a organização sofresse quais mudanças? Exemplo: Introdução de novas tecnologias ou sistemas, melhor eficiência no uso dos recursos humanos.

PARTE IV - Perguntas para o contador

31) O que gera maior dificuldade para a elaboração da prestação de contas?

32) Como é a tributação das entidades, Escola A e B? E quais as dificuldades para cumprir todas as exigências, fiscal e tributária?

33) Qual a sua estratégia para atuar neste setor específico de entidades filantrópicas educacionais?

34) Qual o método de custeio utilizado? É utilizado centro de custo, ou custos específicos?

35) Quais são as exigências legais para entidades do terceiro setor na educação?

36) Você participa das decisões e deliberações em projetos de investimento, controle interno e melhorias na organização?

() Sim

() Não

37) Qual é a sua participação na tomada de decisão? Com que frequência se reúnem?

38) Acredita que poderia contribuir mais com a gestão das entidades? O que precisaria?

39) Gostaria de acrescentar alguma coisa?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DA GESTOR (A) PEDAGÓGICO (A)

Questionário - Gestor (a) Pedagógico (a)

PARTE I - Perfil dos respondentes e da organização

1) Qual o seu nível de escolaridade?

() Ensino médio Incompleto

() Ensino médio Completo

() Curso técnico

() Ensino superior Incompleto

() Ensino superior Completo

() Pós-graduação (especialização)

() Mestrado

2) Há quanto tempo trabalha na organização? _____

3) Há quanto tempo está no cargo? Desempenhou outro cargo além deste na entidade?

4) Descrever a função que atua atualmente:

Questões para a Escola A:

5) Quais os anos escolares que funcionam na entidade?

6) Quantos alunos são atendidos, em média, na organização ao ano?

7) Discriminar a quantidade de acordo com a seguinte classificação:

Bolsista Integral: _____

Bolsista Parcial - 50%: _____

8) Que outros tipos de descontos são concedidos?

9) Recursos Humanos da Organização:

Quantos Funcionários regime CLT?	
Quantos Voluntários a organização possui?	
Quantos Associados que trabalham prestando serviços à organização?	
Quantos Estagiários a organização possui?	

Questões para a Escola B:

10) Quais os anos escolares que funcionam na entidade?

11) Quantas alunos são atendidos, em média, na organização ao ano?

12) Recursos Humanos da Organização:

Quantos Funcionários regime CLT?	
Quantos Voluntários a organização possui?	
Quantos Associados que trabalham prestando serviços à organização?	
Quantos Estagiários a organização possui?	

PARTE II - Perfil da Gestão – Escola A

13) Que instrumentos são utilizados na gestão?

14) É realizado Planejamento Estratégico?

() Sim

() Não

15) Caso tenha respondido sim, na questão anterior, explique como as informações contábeis são utilizadas para elaboração do Planejamento Estratégico?

16) No planejamento operacional é avaliado e/ou projetado a necessidade de treinamento de pessoal? Quais outras?

17) Como é elaborado o orçamento e quem elabora? Comente.

18) Assinale uma alternativa que melhor indica a situação atual da entidade. No processo de planejamento da organização são envolvidos:

- () Diretoria Geral
- () Gestores das áreas envolvidas na Organização
- () Comunidade atendida
- () Doadores
- () O governo
- () Contador
- () Outros. Quais? _____

PARTE II - Perfil da Gestão – Escola B

19) Os instrumentos utilizados na gestão da Escola A são os mesmo para a Escola B?

- () Sim
- () Não

20) O planejamento realizado na Escola A envolve a Escola B? Como?

21) Assinale uma alternativa que melhor indica a situação atual da entidade. No processo de planejamento da organização são envolvidos:

- () Diretoria Geral
- () Gestores das áreas envolvidas na Organização
- () Comunidade atendida
- () Doadores
- () O governo
- () Contador
- () Outros. Quais? _____

PARTE III – Perguntas para gestor (a)/ diretor (a) pedagógica

22) Quais os maiores desafios como gestor (a) /diretor (a) pedagógica tem que enfrentar?

23) Na sua percepção qual a contribuição da contabilidade na tomada de decisão da organização? E como poderia ser melhorado nesse processo?

24) Quais são as exigências legais para entidades do terceiro setor na educação?

25) Você participa das decisões e deliberações em projetos de investimento, controle interno e melhorias na organização?

() Sim

() Não

26) Qual é a sua participação na tomada de decisão? Com que frequência se reúnem?

27) Gostaria de acrescentar alguma coisa?
